DocuSign Envelope ID: 5D1BF1C9-A34E-43DB-9EA2-F4CBAEC1931C

Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 48.725.405/0001-13

Relatório de Administração

1. Sobre a Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. 1.1. Apresentação e Contexto operacional: Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. ("BOAB" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16 de novembro de 2022, tendo como objeto social específico e exclusivo a prestação dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG, tudo em conformidade com as condições estabelecidas no Edital do Leilão nº 01/2022 e em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital do Leilão nº 01/2022. A sede da Companhia está localizada na Alameda Santos, 1293. 4 andar Bairro Cerqueira César, CEP 01.410-904. São Paulo, Estado de São Paulo. A BOAB é uma subsidiária integral da Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. ("AENA Internacional"), Companhia constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri. A AENA Internacional é uma subsidiária da Aena, SME, S.A. ("Grupo AENA"), uma Companhia cotada na bolsa de valores da Espanha, que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha e que por meio da AENA Internacional também participa da administração de 23 aeroportos em diferentes países (Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil). O Grupo AENA simboliza um modelo de sucesso em gestão internacional com projeção marcante na Ibero América, cujo último evento foi vencer o leilão da 7ª rodada de concessões aeroportuárias para adquirir a concessão do grupo SP/MS/PA/MG. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), realizou em 18 de agosto de 2022, em sessão pública do leilão da 7ª rodada de concessões aeroportuárias, realizado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, quando a Aena Internacional sagrou-se vencedora da concessão para ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG ("a concessão), composto por: • Aeroporto de Congonhas – São Paulo/SP (SBSP) • Aeroporto de Campo Grande – Campo Grande/MS (SBCG) • Aeroporto de Corumbá – Corumbá/MS (SBCR) • Aeroporto Internacional de Ponta Porã – Ponta Porã/MS (SBPP) • Aeroporto Maestro Wilson Fonseca – Santarém/PA (SBSN) • Aeroporto João Corrêa da Rocha – Marabá/PA (SBMA) • Aeroporto Carajás – Parauapebas/PA (SBCJ) • Aeroporto de Altamira – Altamira/PA (SBHT) • Aeroporto tem. Cel. Aviador César Bombona–o – Uberlândia/MG (SBUL) • Aeroporto Mário Ribei–o – Montes Claros/MG (SBMK) • Aeroporto Mario de Almeida Fran–o – Uberaba/MG (SBUR) Em 20 de outubro de 2022 foi publicada no Diário Oficial da União a decisão de ANAC homologando o resultado do processo licitatório e adjudicando formalmente o Bloco SP/MS/PA/MG a Aena Internacional. Em 16 de novembro de 2022 Aena Internacional constituiu a Sociedade de Propósito Específico Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S/A- BOAB para desenvolver a concessão. O capital social autorizado de R$ 4.124.033 foi subscrito integramente pela Aena Internacional, dos quais foram integralizados R$ 1 no momento da constituição da Companhia e R$ 1.639.250 no dia 26 de janeiro de 2023. Foi solicitada e obtida extensão do prazo até o 17 de fevereiro de 2023 para preenchimento das seguintes obrigações prévias principais previstas no edital para a assinatura do contrato de concessão: • Documentação da constituição da Companhia e do compromisso da integralização do seu capital mínimo de R$ 1.639.250. • Realização de pagamentos a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; e às empresas encarregadas pela realização dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, por importe agregado de R$ 821.441 (R$ 818.524 líquido das retenções de impostos). • Apresentação de garantia de execução contratada pela concessionária, com valor mínimo de R$ 319.552. • Apresentação dos contratos de mútuo celebrados com partes relacionadas. As obrigações prévias foram cumpridas até o prazo previsto. No momento de emissão desse Relatório, a ANAC encontra-se validando a documentação apresentada, sendo estimado que a Companhia será convocada para assinatura do contrato de concessão em março 2023. Em até 15 dias corridos a partir da data de assinatura do contrato, a Companhia deverá pagar a outorga oferecida no leilão de R$ 2.450.000, atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo desde agosto 2022. Para o financiamento da outorga a Companhia assinou em 20 de janeiro de 2023 um empréstimo com o seu acionista único Aena Internacional. O empréstimo gera juros semestrais à taxa CDI e tem vencimento em 16 de março de 2025. O dia 6 de fevereiro de 2023 foi recebido o desembolso de R$ 2.450.000 do citado empréstimo. A Companhia assinou em 30 de janeiro de 2023 com as entidades Banco BTG Pactual S.A. e BTG Consort Ltda. ("BTG") um contrato de prestação de serviços de prospecção, análise e intermediação para compra e venda de direitos creditórios. Sob os termos do acordo, a Companhia terá a opção de adquirir de terceiros direitos creditórios representativos de créditos líquidos e certos perante a União Federal ou os entes administrados por ela, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado e não sujeitas a questionamentos judiciais e/ou administrativos, consubstanciados em precatórios devidamente emitidos ("precatórios"), por valor nominal de até R$ 1.750.000, destinados ao pagamento da outorga, como previsto no art. 100 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021. A aquisição dos precatórios se daria com deságios variáveis sobre o valor nominal, e está sujeita ao preenchimento de várias condições precedentes, incluindo a aceitação pela ANAC do pagamento utilizando os precatórios eventualmente oferecidos. Após o pagamento da outorga e o preenchimento de outros requisitos como a contratação de seguros de responsabilidade civil e danos materiais, a Administração espera que ANAC declare a eficácia do contrato de concessão em abril 2023, momento a partir do qual iniciará o prazo da concessão de 30 anos. Posteriormente, após a realização das diversas atividades operacionais e administrativas precisas, a Administração espera que a transferência da operação dos aeroportos e o início efetivo das operações aconteça de forma escalonada no terceiro trimestre de 2023. **2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa: 2.1. Administração:** A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A Governança Corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir continuamente os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses de acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio e igualdade de interesses e oportunidades nos processos de tomada de decisão. O Conselho de Administração é integrado por Sr. Francisco Javier Marín San Andrés – Presidente, e Sra. María José Cuenda Chamorro, Sr. José Leo Vizcaíno, Sr. Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano, Sr. Mariano Domingo Calvo, Sr. Josep Antoni Durán Lleida, Sr. Jaime García-Legaz Ponce, Sr. Rodrigo Marabini Ruíz-conselheiros, como membros eleitos pela Assembleia Geral. A Diretoria Executiva é composta pelo Sr. Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano – Diretor Presidente, Sr. Roberto Ángel Ramírez García – Diretor Econômico-Financeiro e Sra. Renata de Abreu Martins – Diretora Jurídica, diretores eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de três anos, permitidas reeleições. **3. Considerações finais: Auditores Independentes, dispensa de validação neste exercício.** As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no entanto, não foram objeto de auditoria independente em função da Companhia estar desobrigada a validação das demonstrações financeiras neste exercício, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.638/07. São Paulo, 20 de fevereiro de 2023.

A Administração

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	6	1	Outras contas a pagar	9	261
Outros créditos			Provisões de contas a pagar	11	288
Total do ativo circulante		**1**	**Total do passivo circulante**		**549**
Não circulante			**Não circulante**		
Realizável a longo prazo			**Total do passivo não circulante**		**–**
Impostos Diferidos	7	187	**Patrimônio líquido**		
Total do realizável a longo prazo		**187**	Capital social	10	1
Imobilizado e Intangível		–	Resultados acumulados		(362)
Total do ativo não circulante		**–**	**Total do patrimônio líquido**		**(361)**
Total do ativo		**188**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**188**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Periodo de 2 meses findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

Despesas operacionais	Notas	2022
Despesas gerais e administrativas	11	(549)
Prejuízo antes dos impostos		**(549)**
Imposto de renda e contribuição social	7	187
Prejuízo líquido do periodo		**(362)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente Periodo de 2 meses findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2022
Prejuízo líquido do periodo	(362)
Outros resultados abrangentes	–
Resultado abrangente total	**(362)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Periodo de 2 meses findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Constituição da Companhia	9	1	–	1
Prejuízo líquido do periodo		–	(362)	(362)
Saldos em 31/12/2022		**1**	**(362)**	**(361)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2022	2021
Resultado do exercício		**(362)**	
Sem ajustes no período			
Fluxo de caixa liquido proveniente das atividades operacionais		**(362)**	**–**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	10	1	–
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		**1**	**–**
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		**(361)**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**–**	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**1**	**–**
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		**1**	**–**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Sobre a Companhia – 1.1. Apresentação e Contexto operacional: Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. ("BOAB" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16 de novembro de 2022, tendo como objeto social específico e exclusivo a prestação dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG, tudo em conformidade com as condições estabelecidas no Edital do Leilão nº 01/2022 e em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital do Leilão nº 01/2022. A sede da Companhia está localizada na Alameda Santos, 1293. 4 andar Bairro Cerqueira César, CEP 01.410-904 Cidade: São Paulo. Estado de São Paulo. A BOAB é uma subsidiária integral da Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. ("AENA Internacional"), Companhia constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri. A AENA Internacional é uma subsidiária da Aena, SME, S.A. ("Grupo AENA"), uma Companhia cotada na bolsa de valores da Espanha, que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha e que por meio da AENA Desarrollo também participa da administração de 23 aeroportos em diferentes países (Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil). A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), realizou em 18 de agosto de 2022, em sessão pública do leilão da 7ª rodada de concessões aeroportuárias, realizado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, quando a Aena Internacional sagrou-se vencedora da concessão para ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG ("a concessão), composto por: • Aeroporto de Congonhas – São Paulo/SP (SBSP) • Aeroporto de Campo Grande – Campo Grande/MS (SBCG) • Aeroporto de Corumbá – Corumbá/MS (SBCR) • Aeroporto Internacional de Ponta Porã – Ponta Porã/MS (SBPP) • Aeroporto Maestro Wilson Fonseca – Santarém/PA (SBSN) • Aeroporto João Corrêa da Rocha – Marabá/PA (SBMA) • Aeroporto Carajás – Parauapebas/PA (SBCJ) • Aeroporto de Altamira – Altamira/PA (SBHT) • Aeroporto Ten. Cel. Aviador César Bombonato – Uberlândia/MG (SBUL) • Aeroporto Mário Ribeiro – Montes Claros/MG (SBMK) • Aeroporto Mario de Almeida Franco – Uberaba/MG (SBUR) **1.2. Principais Eventos:** Em 20 de outubro de 2022 foi publicada no Diário Oficial da União a decisão de ANAC homologando o resultado do processo licitatório e adjudicando formalmente o Bloco SP/MS/PA/MG a Aena Internacional. Em 16 de novembro de 2022 Aena Internacional constituiu a Sociedade de Propósito Específico Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S/A- BOAB para desenvolver a concessão. O capital social autorizado de R$ 4.124.033 foi subscrito integramente pela Aena Internacional, dos quais foram integralizados R$ 1 no momento da constituição da Companhia. Foi solicitada e obtida extensão do prazo até o 17 de fevereiro de 2023 para preenchimento das seguintes obrigações previas principais previstas no edital para a assinatura do contrato de concessão: • Documentação da constituição da Companhia e do compromisso da integralização do seu capital mínimo de R$ 1.639.250. • Realização de pagamentos a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, e as empresas encarregadas pela realização dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, por importe agregado de R$ 821.441 (R$ 818.524 líquido das retenções de impostos). • Apresentação de garantia de execução contratada pela concessionária, com valor mínimo de R$ 319.552. • Apresentação dos contratos de mútuo celebrados com partes relacionadas. Após o pagamento da outorga e o preenchimento de outros requisitos como a contratação de seguros de responsabilidade civil e danos materiais, a Administração espera que ANAC declare a eficácia do contrato de concessão em abril 2023, momento a partir do qual iniciará o prazo da concessão de 30 anos. Posteriormente, após a realização das diversas atividades operacionais e administrativas precisas, a Administração espera que a transferência da operação dos aeroportos e o início efetivo das operações aconteça de forma escalonada no terceiro trimestre de 2023. Outras informações relevantes constam na nota 13 de eventos subsequentes. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2023. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **a. Continuidade operacional:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia obterá contribuições financeiras suficientes para gerar fluxo de caixa futuro. A Companhia reconheceu prejuízo de R$ 362 no período de dois meses findo em 31 de dezembro de 2022. A Administração não reconhece incerteza sobre a capacidade futura de geração de fluxo de caixa operacional considerando: • O fluxo de caixa operacional futuro, com base no plano de negócios preparado por consultoria especializada, que já estima fluxo de caixa positivo em 2023; • A integralização do capital social e do seu acionista único Aena Internacional realizados com posterioridade ao 31 de dezembro de 2022 (nota 13); • Que não há passivos registrados que não possam ser cumpridos com a disponibilidade de caixa esperada para o fluxo normal de operação da Companhia; A Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material. **3. Base de mensuração –** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação –** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos –** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e usou estimativas e premissas que podem afetar a aplicação das políticas contábeis adotadas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, reconhecidas prospectivamente. ***Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre incertezas relacionadas à premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em algum ajuste no exercício de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 7** – Impostos diferidos – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; **6. Principais políticas contábeis –** Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as políticas contábeis abaixo detalhadas: **a. Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento do balanço. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações. As diferenças de moeda estrangeira resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício diferidos foram calculados com base nas alíquotas de 15%, sem acréscimo do adicional de 10% sobre o prejuízo tributável e excedente de R$ 240 anualmente para imposto de renda e 9% sobre o prejuízo tributável para contribuição social, respectivamente, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando houver, limitada anualmente a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes, quando aplicável, e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(i) Imposto de renda e contribuição social corrente:*** Quando aplicável, a despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(ii) Imposto de renda e contribuição social diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(iii) Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 12 – Instrumentos financeiros. **c. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber e, quando aplicável, os títulos de dívida emitidos, são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. As contas a receber sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** *Passivos financeiros:* **Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo. Estes passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento:*** *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **d. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias. **e. Provisões:** Quando aplicável, uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **f. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de nova normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1); - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração ao CPC 32/IAS 12); Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: IFRS 17 Contratos de Seguros. Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2). Divulgação das Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8); **7. Impostos diferidos –** No ano de 2022 a Companhia foi optante pelo lucro real e estava enquadrada em fase pré-operacional conforme previsto no artigo 128 da IN 1700/2017. Foi calculado o imposto de renda e contribuição social diferidos considerando as alíquotas vigentes sobre a montante da base pré-operacional que será amortizado em 60 meses, após o início da operação, previsto para o terceiro trimestre de 2023.

	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	549	–
Prejuízo fiscal do exercício	**549**	**–**
Alíquota	34%	34%
Imposto diferido do exercício (prejuízo)	**187**	**–**

8. Partes relacionadas – a. *Controladora:* O controle da Companhia é da AENA Desarrollo Internacional S.M.E S.A., que é detentora de 100% do seu capital social. Aena S.M.E. S.A. é detentora do 100% do capital social de Aena Desarrollo Internacional S.M.E S.A. **b. *Saldos com partes relacionadas:*** Em 31 de dezembro a Companhia possui os seguintes saldos de passivo (contas a pagar com partes relacionadas):

	2022
Aeroportos do Nordeste do Brasil (i)	236
	236

(i) A Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. ("ANB"), subsidiaria de Aena Internacional, vem arcando com as despesas pré-operacionais da Companhia, o que resultou em saldo acumulado de valores a pagar de R$ 236, registrados no passivo circulante. As despesas foram registradas como rateio dos valores suportados pela ANB, sem aplicação de margem, e registrados como despesas gerais e administrativas (nota 11). **c. *Remuneração de pessoal chave:*** A Companhia considera pessoal chave de sua administração os administradores eleitos para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva, em consonância com o estatuto social, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia. Em 2022 a Companhia não pagou nenhuma remuneração ao pessoal chave da administração. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não mantém planos de previdência privada e de aposentadoria ou outros benefícios pós-emprego para seu pessoal chave. A Companhia também não tem planos de remuneração baseados no valor de ações. **9. Patrimônio líquido – *Capital social:*** A companhia foi constituída em 16 de novembro de 2022 com um capital de R$10 em ações ordinárias nominativas, totalmente subscritas, dos quais foram integralizados R$ 1. Em 28 de novembro de 2022 o capital social foi aumentado em R$ 4.124.023, sendo subscrito integramente pelo Acionista Único. Assim, em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia é de R$ 4.124.033, composto por 4.124.033.397 ações de um real de valor nominal cada uma, integramente subscritas, dos quais foram integralizados até essa data R$ 1.

	2022 Ações	%
AENA Desarrollo Internacional S.M.E., S.A.	4.124.033.397	100
	4.124.033.397	**100**

Como indicado na nota 13 de eventos subsequentes, depois do fechamento do exercício houve uma integralização adicional do capital social. **10. Provisões de contas a pagar –** As provisões de contas a pagar referem-se em geral a serviços tomados, conforme acordos estabelecidos com os respectivos fornecedores, dos quais os documentos fiscais suportes não foram fornecidos dentro do exercício.

	2022
Serviços e consultorias jurídicas	(248)
Outros serviços com terceiros	(40)
	(288)

11. Despesas gerais e administrativas	**2022**
Consultorias jurídicas e outros serviços (a)	(288)
Compartilhamento de atividades (b)	(236)
Outras despesas	(25)
	(549)

a) provisões de assessoria jurídica e serviços incorridos no período b) atividades de direção, gestão e administrativas, desenvolvidas pela parte relacionada ANB (nota 9), que inclui o suporte da presidência e das áreas financeira, jurídica e recursos humanos. **12. Instrumentos financeiros –** A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir: ***(i) Instrumentos financeiros por categoria:***

	Nota	Valor justo por meio do resultado (VJR)	2022 Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativo			
Caixa e equivalente de caixa		1	–
Passivo			
Contas a pagar – partes relacionadas	9	–	236
Outras contas a pagar		–	25
		1	**261**

Ativos financeiros: O caixa e equivalentes de caixa são depósitos em conta corrente em bancos. ***Passivos financeiros:*** Outras contas a pagar são classificadas como outros passivos financeiros e não há divergência relevante entre valores contábeis e valor justo. ***(ii) Hierarquia de valor justo:*** A Companhia possui o saldo de R$ 1 de caixa e equivalente, sem aplicações financeiras até a emissão dessas demonstrações. **13. Eventos subsequentes (em milhares de Reais) –** Seguem listados os eventos subsequentes incorridos até a emissão dessas demonstrações financeiras. 1. Foi integralizado o capital da Companhia em R$ 1.639.250 no dia 26 de janeiro de 2023. 2. Até 16 de fevereiro de 2023 foram realizados os pagamentos, previstos no edital da concessão, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; e às empresas encarregadas pela realização dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, por importe agregado de R$ 818.524 líquidos das retenções de impostos. 3. Foi contratada garantia de execução do contrato de concessão, por valor de R$ 319.552. 4. Para o financiamento da outorga a Companhia assinou em 20 de janeiro um empréstimo com o seu acionista único Aena Internacional. O empréstimo gera juros semestrais à taxa CDI e tem vencimento em 16 de março de 2025. O dia 6 de fevereiro de 2023 foi recebido o desembolso de R$ 2.450.000 do citado empréstimo. 5. A Companhia assinou em 30 de janeiro de 2023 com as entidades Banco BTG Pactual S.A. e BTG Consort Ltda. ("BTG") um contrato de prestação de serviços de prospecção, análise e intermediação para compra e venda de direitos creditórios. Sob os términos do acordo, a Companhia terá a opção de adquirir de terceiros direitos creditórios representativos de créditos líquidos e certos perante a União Federal ou os entes administrados por ela, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado e não sujeitas a questionamentos judiciais e/ou administrativos, consubstanciados em precatórios devidamente emitidos ("precatórios"), por valor nominal de até R$ 1.750.000, destinados ao pagamento da outorga, como previsto no art. 100 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021. A aquisição dos precatórios se daria com deságios variáveis sobre o valor nominal, e está sujeita ao preenchimento de várias condições precedentes, incluindo a aceitação pela ANAC do pagamento utilizando os precatórios eventualmente oferecidos.

Conselho de Administração

Presidente: Francisco Javier Marín San Andrés

Conselheiros: José Leo Vizcaíno, Rodrigo Marabini Ruíz, Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano, Maria José Cuenda Chamorro, Jaime García-Legaz Ponce, Mariano Domingo Calvo, Josep Antoni Duran Lleida

Diretoria Executiva

Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano — **Diretor Presidente**

Roberto Ángel Ramírez García — **Diretor Econômico-Financeiro**

Renata de Abreu Martins — **Diretora Jurídica**

Contadora

Ana Claudia Santos
CRC: PE-031.931/O-1

DocuSigned by:
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 03/04/2023 | 18:55:08 PDT
ICP Brasil
F30028BECACE477A80F4162020591B34